

ATA	
Encontro Setorial: Patrimônio material	
Data: 01/11/2023	
Horário início: 9:30	Término: 11:45
Responsáveis da Secretaria: Matheus Franco da Rosa Lopes, Mariana de Souza Rolim	
Nº de participantes – 68 Presenciais: 24 pessoas Virtuais: 44 pessoas	

Pauta aprovada
<p><i>TEMÁTICAS GERAIS DISCUTIDAS:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Salvaguarda de patrimônios segundo sua classificação (ferroviário, industrial, religioso, rural, etc).</i> 2. <i>Patrimônio e turismo.</i> 3. <i>Educação patrimonial.</i> 4. <i>Gestão do patrimônio (questões administrativas, financeiras e jurídicas).</i> 5. <i>Aperfeiçoamento técnico e tecnológico da área.</i> 6. <i>Prestação de assistência técnica.</i> 7. <i>Incentivo ao diálogo entre as Instituições, os agentes atuantes na preservação, proprietários/ocupantes e o restante da sociedade.</i> 8. <i>Estruturação e difusão de acervos e arquivos.</i> 9. <i>Sustentabilidade e Gestão de Recursos.</i> <p><i>TEMÁTICAS ESPECÍFICAS DISCUTIDAS:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Estruturação técnica, administrativa e jurídica dos agentes locais.</i> 2. <i>Descentralização da prestação de serviços técnicos, mão de obra e formação em geral.</i> 3. <i>Fundos para financiamento e isenções fiscais.</i> 4. <i>Políticas para Salvaguarda e zeladoria.</i> 5. <i>Ações e instituição de agentes para monitoramento.</i> 6. <i>Ações de Educação patrimonial.</i>

Propostas aprovadas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio a Municípios para estruturar os órgãos de patrimônio locais e os seus respectivos conselhos: orientação jurídica, inclusive visando à padronização de leis; orientação técnica; entre outras assessorias. 2. Criação de instrumentos reguladores para integrar as legislações municipais com as diretrizes da preservação histórica. 3. Programas de incentivo a prestação de serviço de empresas especializadas em prestações de serviço no campo do patrimônio cultural para Municípios mais afastados das grandes cidades.

4. A criação de plataformas que possam facilitar o contato entre profissionais e proprietários.
5. Incentivo à cooperação técnica entre OSCs, instituições, universidades e proprietários.
6. Desenvolvimento de uma política destinada à capacitação a nível técnico de profissionais voltados a atuar no patrimônio histórico.
7. Incentivar o estabelecimento de tabelas de referência para serviços de restauro.
8. Criação de fundos destinados ao patrimônio cultural (fora das grandes cidades), incluindo incentivos fiscais ao patrimônio histórico sob posse de proprietários privados.
9. Determinar que 2% do orçamento para a cultura, conforme preconiza a Unesco, inserindo a cultura de maneira efetiva. Fundos com editais específicos considerando não apenas obras, mas todas as ações vinculadas à preservação do patrimônio.
10. Implantar um sistema de zeladoria do patrimônio cultural.
11. Incentivar a elaboração de planos de salvaguarda para patrimônio material, bem como de integração de políticas para patrimônio material/imaterial.
12. Realização de diagnósticos de políticas públicas bem sucedidas. Criar observatórios para mensurar e acompanhar o impacto na economia do patrimônio cultural. Incluindo a reativação de câmaras setoriais.
13. Implementação de uma disciplina no currículo escolar regular sobre patrimônio cultural.
14. Realização de campanhas em redes sociais para a divulgação e conscientização da preservação do patrimônio histórico.

MOÇÕES

OBSERVAÇÕES

--

Representantes escolhidos	
1. Nome completo: Cind Kelly Octaviano	
Qualificação (poder público ou sociedade civil): sociedade civil	
2. Nome completo: Antônio Luis Ramos Saraá Martin	
Qualificação (poder público ou sociedade civil): sociedade civil	
3. Nome completo: Maíra de Camargo Barros	
Qualificação (poder público ou sociedade civil):	